



SINDICATO DOS PROFESSORES DO
ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à CN e CUT

URGENTE

<http://www.apeoesp.org.br> • imprensa@apeoesp.org.br

Assembleia dos professores reafirma luta contra férias

REPARTIDAS

Reunidos na Praça da República, os professores reafirmaram o calendário de lutas contra a Resolução SE 44 que impõe a divisão das férias da categoria. Como parte desta mobilização, no próximo dia 30, os professores estarão em peso na Assembleia Legislativa em audiência pública na qual o Secretário da Educação prestará contas à Comissão de Educação. A Resolução 44 estará na pauta da audiência. É fundamental que as subseções organizem os professores para participarem do evento com, no mínimo, 3 professores de cada subseção.

Durante a assembleia a APEOESP protocolou ofício no qual protesta contra a forma desrespeitosa como vem sendo tratado pelo secretário da Educação e cobrando mais uma vez a realização de uma audiência para que a entidade possa discutir a pauta de reivindicações.

Em resposta às solicitações da APEOESP, a SEE afirmou, de forma oficiosa, que não há como organizar a atribuição de aulas para dezembro próximo e por isso manterá as férias repartidas. O início da atribuição, segundo essa informação, está previsto para o dia 23 de janeiro (um recuo em relação à data inicial, 17 de janeiro), mas não concordamos. Acreditamos que, no mínimo, a SEE tem condições de organizar a atribuição para o dia seguinte ao feriado da capital, que ocorre em 25 de janeiro.

Também oficiosamente a SEE comprometeu-se a assegurar o processo no próximo ano: atribuição em dezembro de 2012 e férias integrais durante o mês de janeiro de 2013. Porém este aceno do governo não atende às reivindicações dos professores. Só podemos levar a sério esse tipo de compromisso a partir do momento em que o governo revogar a Resolução 44.

Portanto, a mobilização continuará em defesa da reposição salarial de 36,74%, com incorporação das gratificações; imediata aplicação da jornada da Lei do Piso; amplo debate sobre carreira e ensino médio; carreira que atenda às necessidades dos profissionais; garantia de emprego aos professores L e O, entre outros. No dia 4 de fevereiro, o Conselho Estadual de Representantes deverá aprovar novo calendário de mobilizações, convocando reuniões de Representantes de Escolas com perspectiva de assembleia para discutir eventual movimento de greve face às respostas que o governo vier a dar às reivindicações.